

Nota curricular**Dados biográficos**

Nome: José Luís Loureiro de Vasconcelos Dias
Data de Nascimento: 20/04/1981

Formação académica

Curso de Arbitragem Internacional (maio de 2014) da Faculdade de Direito da Universidade Nova de Lisboa

“VII curso avançado em legística — curso avançado de especialização em teoria da legislação e legística para quadros superiores da Direção-Geral da Política de Justiça” organizado pelo Instituto de Ciências Jurídico-Políticas da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa (novembro de 2012)

Conclusão da fase curricular do curso de mestrado na Faculdade de Direito da Universidade Nova de Lisboa, estando presentemente na fase de elaboração da tese (na área de processo civil)

“Academy of International Trade Law”, do Instituto de Estudos Europeus de Macau (julho de 2007)

Curso de Pós-Graduação em Legística e Ciência da Legislação na Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa (2007)

Licenciatura em Direito, pela Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, concluída em 2004

Experiência profissional

De junho de 2011 a dezembro de 2015 exerceu funções como Consultor da Direção-Geral da Política de Justiça (DGPJ), onde acompanhou, entre outras, matérias relativas ao direito processual civil, em particular o novo Código de Processo Civil, à regulamentação da Lei do Inventário, ao regime de custas processuais, ao regime jurídico do arrendamento urbano e à criação do Balcão Nacional do Arrendamento, e aos sistemas informáticos da justiça, tendo ainda representado o Ministério da Justiça na Comissão de Monitorização da Reforma do Arrendamento Urbano (desde março de 2014) e a DGPJ no grupo de trabalho relativo à atividade dos tribunais no Plano de Ação para a Justiça na Sociedade da Informação e nos grupos de trabalho da Rede Interministerial para a Modernização Administrativa respeitantes ao princípio “only once”, à simplificação e a avaliação do impacto regulatório;

De setembro de 2010 a junho de 2011 exerceu as funções de adjunto da Ministra da Cultura, onde acompanhou, entre outras matérias, o processo legislativo do Governo e a agenda das Reuniões do Conselho de Ministros, os projetos de Lei do Cinema e do Audiovisual e de Lei da Cópia Privada, e a reformulação orgânica do Ministério da Cultura, quer ao nível dos serviços da administração direta, quer ao nível das Empresas Públicas do Ministério da Cultura;

De outubro de 2009 a setembro de 2010 exerceu funções de assessor do Ministro da Justiça, onde acompanhou, entre outras matérias, o processo legislativo do Governo e a agenda das Reuniões do Conselho de Ministros, os trabalhos da Comissão de Revisão do Código de Processo Civil, o regime jurídico do apoio judiciário, representando o Gabinete do Ministro da Justiça no grupo de trabalho encarregado de estudar as condições, modo e soluções de pagamento aos profissionais forenses participantes no sistema de acesso ao direito, e do acompanhamento do contencioso; dos serviços do Ministério da Justiça diretamente tutelados pelo Ministro da Justiça;

De setembro de 2008 a outubro de 2009 exerceu funções de adjunto do Ministro da Justiça onde acompanhou, entre outras matérias, o processo legislativo do Governo e a agenda das Reuniões do Conselho de Ministros, a reformulação orgânica da Polícia Judiciária e a revisão das carreiras especiais da Polícia Judiciária e do Corpo da Guarda Prisional;

De março de 2007 a agosto de 2008 exerceu funções de Consultor da DGPJ, onde acompanhou projetos como o Projeto de Desmaterialização dos Processos Judiciais (CITIUS), tendo estado diretamente envolvido na alteração ao Código de Processo Civil e na elaboração da respetiva regulamentação, o Plano de Ação para o Descongestionamento dos Tribunais, tendo estado envolvido quer na concretização de diversas medidas, quer na avaliação posterior das mesmas, a criação do Balcão Único de Injunções, através da elaboração da respetiva regulamentação e acompanhamento da criação da aplicação informática de suporte à tramitação, a regulamentação do novo regime jurídico de acesso ao direito e aos tribunais e o novo Mapa Judiciário.

De setembro de 2004 a março de 2007 foi advogado estagiário e posteriormente advogado na Sociedade João Pedroso e Associados.

209299233

Despacho n.º 1840/2016

1 — Ao abrigo do disposto na alínea *b*) do n.º 1 do artigo 3.º, nos n.ºs 1, 2 e 3 do artigo 11.º e do artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 11/2012, de 20 de janeiro, designo como adjunta para exercer funções no meu gabinete, a licenciada Carolina Martins Lopes Simões Berto Ferrão Dias.

2 — Para efeitos do disposto no artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 11/2012, de 20 de janeiro, a nota curricular da designada é publicada em anexo ao presente despacho, que produz efeitos desde 1 de janeiro de 2016.

22 de janeiro de 2016. — A Secretária de Estado da Justiça, *Anabela Damásio Caetano Pedroso*.

Nota curricular**Dados biográficos**

Nome: Carolina Martins Lopes Simões Berto Ferrão Dias
Data de nascimento: 28.08.1974

Formação académica

Conclusão da fase curricular do Mestrado em Gestão Estratégica e Desenvolvimento do Turismo do Instituto Superior Técnico (IST) (2005)

Pós-graduada em Marketing Research pelo Instituto Superior das Ciências do Trabalho e da Empresa (ISCTE) (2000)

Licenciada em Comunicação Social e Cultural — Vertente de Turismo pela Universidade Católica Portuguesa (UCP)/Escola Superior de Hotelaria e Turismo do Estoril (ESHTE) (1997)

Percurso profissional

Deloitte Consultores, SA

Manager de Consultoria da linha de serviços de Estratégia e Operações, entre 2010 a 2015.

Gestora e coordenadora de projetos de índole estratégica para indústrias como Turismo, Telecomunicações, Construção e Real Estate e, mais recentemente, Setor Público. No setor público coordenou projetos de estratégia e de modernização administrativa, integrados em programas mais vastos de transformação.

Consultora e Consultora Sénior de Consultoria da linha de serviços de Estratégia e Operações, entre 2001 a 2009.

Integrou e liderou equipas de projetos quer de índole mais estratégica quer mais operacional. Destacam-se os diagnósticos e estudos de mercado e setoriais, os planos estratégicos e de apoio à internacionalização de negócios e a gestão de programa e de projetos de complexidade elevada.

Horwath Consulting

Analista, entre 1998 e 2001

Exerceu funções de analista e consultora junto de pequenas e médias empresas e empresários em nome individual, com interesse, no setor do Turismo, através do desenvolvimento de projetos de investimento turístico, acompanhando em alguns casos os respetivos processos de candidatura a fundos comunitários.

209299209

Despacho n.º 1841/2016

1 — Ao abrigo do disposto no n.º 2 do artigo 3.º, nos n.ºs 1, 2 e 3 do artigo 11.º e no artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 11/2012, de 20 de janeiro, designo, para exercer as funções de motorista do meu gabinete, Armando José Fernandes Louro, assistente operacional da Secretaria-Geral do Ministério da Justiça.

2 — Os encargos com a remuneração do designado são assegurados pela Secretaria-Geral do Ministério da Justiça e pelo orçamento do meu gabinete, nos termos dos n.ºs 12, 13 e 14 do artigo 13.º do Decreto-Lei n.º 11/2012, de 20 de janeiro.

3 — Para efeitos do disposto no artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 11/2012, de 20 de janeiro, a nota curricular do designado é publicada em anexo ao presente despacho, que produz efeitos desde 22 de dezembro de 2015.

22 de janeiro de 2016. — A Secretária de Estado da Justiça, *Anabela Damásio Caetano Pedroso*.

Nota curricular

Nome: Armando José Fernandes Louro

Naturalidade: S. Sebastião da Pedreira

Nacionalidade: Portuguesa

Data de nascimento: 12 de agosto de 1962

Habilitações literárias: Curso Geral dos Liceus

Categoria profissional: Assistente operacional em regime de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado — Mapa de Pessoal — Secretaria-Geral do Ministério da Justiça (SGMJ)

Experiência profissional:

De 1980 a 1982 — exerceu funções na firma de ferramentas Fonseca, Matos & Ferreira;

De 1983 a 1984 — cumpriu o serviço militar na Força Aérea Portuguesa, como motorista;

Em 1985 — exerceu funções na firma de ferramentas Fonseca, Matos & Ferreira, como motorista;

De agosto a dezembro de 1985 — Agente de Segurança da Polícia Judiciária;

De dezembro de 1985 a dezembro de 1988 — exerceu funções na SGMJ, como motorista ao serviço de magistrados do processo denominado «FPs 25 de Abril»;

De janeiro a agosto de 1989 — exerceu funções de motorista no Gabinete do Secretário de Estado Adjunto da Justiça;

De agosto de 1989 a março de 1994 — exerceu funções de motorista em gabinetes ministeriais na Cultura;

De março de 1994 a outubro de 1995 — exerceu funções de motorista no Gabinete do Secretário de Estado da Justiça;

De outubro de 1995 a junho de 2000 — exerceu funções de motorista na Secretaria-Geral do Ministério da Justiça;

De junho de 2000 a abril de 2004 — exerceu funções de motorista junto dos Magistrados de Macau;

De maio de 2004 a junho de 2008 — situação de licença sem vencimento de longa duração;

De julho de 2008 até 31 de dezembro de 2012 — exerceu funções de motorista na Secretaria-Geral do Ministério da Justiça;

De 1 de janeiro de 2013 até 29 de outubro de 2015 — exerceu funções de motorista no Gabinete da Ministra da Justiça;

De 30 de outubro até 21 de dezembro de 2015 — exerceu funções de motorista na Secretaria-Geral do Ministério da Justiça.

Línguas: português, alguns conhecimentos de francês.

Carta de condução: categoria de ligeiros

Cursos/formações:

Formação de Técnicas de Condução

Formação Profissional Motoristas e Condutores do Estado

Curso de Condução Defensiva

209299185

Direção-Geral da Administração da Justiça

Aviso n.º 1385/2016

Nos termos da alínea *d*) do n.º 3 do artigo 30.º da Portaria n.º 83-A/2009, de 22 de janeiro, e para efeitos do disposto nos n.ºs 4 e 5 do artigo 36.º

Nome	Carreira/Categoria	Produção de efeitos
Rosa Maria Ferreira da Rocha Coutinho	Especialista de Informática	01/01/2015
Herminia da Conceição Ferreira	Técnico Superior	01/02/2015
Maria Suzete Pereirinha Coluna Jacinto	Assistente Técnico	01/08/2015
Maria do Céu Madeira de Andrade Baranda Inok	Assistente Técnico	01/11/2015
Ana Maria dos Santos Vasques	Técnico de Informática	01/12/2015

21 de janeiro de 2016. — A Presidente do Conselho Diretivo, *Dr.ª Albertina Pedrosa*.

209300074

Instituto Nacional de Medicina Legal e Ciências Forenses, I. P.

Aviso n.º 1388/2016

Torna-se público que, por deliberação do Conselho Diretivo do Instituto Nacional de Medicina Legal e Ciências Forenses, I. P. proferida em sessão de 4 de dezembro de 2015, foi determinada a cessação do procedimento concursal comum para ocupação de 1 posto de trabalho na carreira/categoria de técnico superior, em regime de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado, aberto pelo aviso n.º 5811/2015, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 103, de 28 de maio, referência P8/2014, dada a inexistência de candidatas à sua prossecução, conforme o disposto na alínea *a*), do n.º 1 do artigo 38.º da Portaria n.º 83-A/2009, de 22 de janeiro, alterada e republicada pela Portaria n.º 145-A/2011, de 06 de abril.

11 de janeiro de 2016. — A Diretora do Departamento de Administração Geral, *Isabel Santos*.

209298878

da mesma Portaria, notificam-se todos os candidatos — incluindo os que tenham sido excluídos no decorrer da aplicação dos métodos de seleção — ao procedimento concursal comum para ocupação de catorze postos de trabalho da carreira e categoria de assistente técnico, previstos no mapa de pessoal das secretarias dos tribunais judiciais de primeira instância, aberto pelo Aviso n.º 5271/2015, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 93, de 14 de maio de 2015 e retificado pela Declaração n.º 398/2015, publicada no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 102, de 27 de maio de 2015, do ato de homologação da lista unitária de ordenação final dos candidatos aprovados.

Do ato de homologação pode ser interposto recurso hierárquico nos termos do artigo 39.º da Portaria supra referida.

Mais se informa, nos termos do n.º 6 do artigo 36.º da Portaria supramencionada, que a referida lista unitária de ordenação final dos candidatos aprovados, homologada por meu Despacho de 19 de janeiro de 2016, se encontra disponível para consulta na página eletrónica da DGAJ em www.dgaj.mj.pt.

25 de janeiro de 2016. — O Diretor-Geral, *Pedro de Lima Gonçalves*.
209300666

Aviso n.º 1386/2016

Para os efeitos do disposto no artigo 4.º da Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, conjugado com os artigos 45.º e 46.º da LTFP, torna-se público que foi homologada a ata de avaliação final da conclusão com sucesso do período experimental, de Maria Elisabete Almeida Ventura Pereira de Melo, na sequência do procedimento concursal comum de recrutamento na modalidade de relação de emprego público por tempo indeterminado, para ocupação de posto de trabalho na carreira e categoria de assistente técnico no mapa de pessoal da secretaria do Tribunal Administrativo e Fiscal de Sintra, aberto pelo Aviso n.º 15263/2013, de 17 de dezembro.

25 de janeiro de 2016. — O Diretor-Geral, *Pedro de Lima Gonçalves*.
209300536

Instituto de Gestão Financeira e Equipamentos da Justiça, I. P.

Aviso n.º 1387/2016

Nos termos do disposto na alínea *d*), do n.º 1, do artigo 4.º da Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, torna-se pública a lista nominativa do pessoal Instituto de Gestão Financeira e Equipamentos da Justiça, que cessou funções por motivo de aposentação, no período entre 01 de janeiro a 31 de dezembro de 2015:

Polícia Judiciária

Despacho (extrato) n.º 1842/2016

Por despacho de S. Ex.ª a Ministra da Justiça de 29.12.2015:

Foi autorizada a prorrogação da licença especial para exercício de funções em Macau a Maria de Lurdes Machado Costa, inspetora da Polícia Judiciária, pelo período de dois anos, a partir de 22.12.2015, nos termos do artigo 1.º do Decreto-Lei n.º 89-G/98, de 13 de abril.
(Não está sujeito a fiscalização prévia do Tribunal de Contas).

22 de janeiro de 2016. — Pela Diretora da Unidade, o Chefe de Área, *João Prata Augusto*.

209300439

Despacho (extrato) n.º 1843/2016

Por despacho de 2016.01.14 do Diretor Nacional Adjunto da Polícia Judiciária, *Dr. Pedro do Carmo*:

Foi autorizada a licença sem remuneração, por um ano, com início em 17.02.2016, à Inspetora, Licenciada Sara Cristina de Matos Menezes